

Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva  
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC  
Área de Abrangência: Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses  
21- Processo n.º 01510.001102/2014-69  
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo para as Obras de Melhoramento Fluvial na Calha do Rio Tubarão  
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber  
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC  
Área de Abrangência: Municípios de Tubarão e Laguna, Estado de Santa Catarina  
Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
ANEXO II  
01-Processo: 01512.003517/2012-95  
Projeto: Pesquisas Arqueológicas nas Obras de Duplicação da Rua Voluntários da Pátria - Sondagem, Salvamento e Monitoramento - Trecho 1

Arqueóloga Coordenadora: Ângela Maria Cappelletti  
Apoio Institucional: Museu Joaquim José Felizardo - Secretaria Municipal da Cultura - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul  
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses  
02-Processo: 01410.000162/2009-25  
Projeto: Salvamento e Monitoramento Arqueológico na Área de Implantação da PCH CANAÃ  
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber  
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia Regional de Rondônia  
Área de Abrangência: Município de Ariquemes, Estado de Rondônia  
Prazo de Validade: 12 (doze) meses  
03- Processo n.º 01516.001997/2013-09  
Projeto: Programa de Gestão do Sítio Arqueológico de Mineração do Século XVIII  
Arqueólogo Coordenador: Gislaine Valério de Lima Tedesco

Apoio Institucional: Universidade Estadual de Goiás - Núcleo de Arqueologia  
Área de Abrangência: Município de Faina, Estado de Goiás  
Prazo de validade: 12 (doze) meses  
04- Processo n.º 01421.001053/2013-82  
Projeto: Pesquisa Arqueológica Interventiva Histórica para Restauração do Forte dos Reis Magos  
Arqueólogo Coordenador: Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal de Pernambuco  
Área de Abrangência: Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte  
Prazo de validade: 03 (três) meses

## Ministério da Defesa

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA NORMATIVA Nº 1.631/MD, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Institui o Calendário de Vacinação Militar.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o inciso XIX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e considerando a necessidade de implementar nas Forças Armadas o Programa Nacional de Imunização de que trata a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 78.231, de 12 de agosto de 1976, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Calendário de Vacinação Militar, visando ao controle, à eliminação e à erradicação das doenças imunopreveníveis e à padronização das normas de imunização para os militares das Forças Armadas.

Parágrafo único. As vacinas e os períodos estabelecidos no Calendário de Vacinação Militar serão obrigatórios.

Art. 2º O Calendário de Vacinação Militar será adotado para os militares da ativa, conforme disposto nos Anexos I e II desta Portaria Normativa.

Art. 3º O militar terá o prazo de seis meses, após a sua incorporação, para ter o seu comprovante de vacinação militar atualizado (bagagem vacinal).

§ 1º É responsabilidade do militar manter atualizado o seu comprovante de vacinação militar.

§ 2º As Organizações Militares serão responsáveis pela realização do censo vacinal de seus militares, em periodicidade a ser estabelecida pelo Comando de cada Força Singular.

Art. 4º A comprovação de vacinação em dia é condição necessária à:

I - matrícula nos cursos previstos nos Sistemas de Ensino das Forças Armadas;

II - aptidão para o Serviço Ativo por ocasião das inspeções de saúde.

Art. 5º A comprovação de vacinação dar-se-á por meio de registro no Cartão de Vacinação ou Prontuário Médico, a ser emitido pelos Comandos das Forças Singulares.

Art. 6º Os imunobiológicos (vacinas), para o fim previsto nesta Portaria Normativa, estarão disponibilizados nos postos de vacinação da rede pública.

Art. 7º Os Comandos das Forças Singulares poderão editar normas complementares a esta Portaria Normativa.

Art. 8º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Normativa nº 657/MD, de 19 de maio de 2009.

CELSO AMORIM

#### ANEXO I

#### CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO MILITAR

(Até 20 anos de idade incompletos)

IDADE	VACINAS	DOSES	DOENÇAS EVITADAS
De quatorze a dezenove anos (por ocasião da incorporação)	dT	1ª dose	Difteria e Tétano
	Dupla Adulto <sup>(1)</sup>		
	FA*	Dose inicial	Febre Amarela
	SCR	1ª dose	Sarampo, Caxumba e Rubéola
Um mês após a 1ª dose da vacina Dupla Adulto	Tríplice Viral <sup>(2)</sup>		
	Hep B <sup>(3)</sup>	1ª dose	Hepatite B
	Hep B	2ª dose	Hepatite B
	SCR	2ª dose	Sarampo, Caxumba e Rubéola
Dois meses após a 1ª dose da vacina Dupla Adulto	dT	2ª dose	Difteria e Tétano
Quatro meses após a 1ª dose da vacina Dupla Adulto	dT	3ª dose	Difteria e Tétano
Seis meses após a 1ª dose da vacina contra Hepatite B	Hep B	3ª dose	Hepatite B
A cada dez anos	dT <sup>(1)</sup>	Reforço	Difteria e Tétano
	FA*	Uma dose	Febre Amarela

<sup>(1)</sup> No caso de militar que já tenha recebido anteriormente três doses ou mais de DTP/Hib, DTP/HB/Hib, DTPa, DPT, DT ou dT, deve ser administrada uma dose de reforço a cada dez anos. Em caso de gestação ou ferimentos graves, deve ser antecipada a dose de reforço para cinco anos, após a última dose. Esta vacina pode ser administrada a partir da comprovação da gravidez em qualquer período gestacional. Deve ser respeitado o intervalo mínimo de trinta dias entre as doses.

<sup>(2)</sup> Não administrar no militar que, comprovadamente, tiver registrado a administração de duas doses de vacina Tríplice Viral (SCR) ou dupla viral (sarampo e rubéola). Em caso de esquema incompleto, completar o esquema.

<sup>(3)</sup> Considerar o histórico de vacinação anterior do militar. Em caso de esquema vacinal incompleto, não reiniciar o esquema; apenas completá-lo conforme situação encontrada.

\* Indicada para residentes ou viajantes que se deslocam para áreas com recomendação da vacina ou países em situação epidemiológica de risco. Caso a data da dose da vacina coincida com o deslocamento para essas áreas ou países, o militar deve ser vacinado até 10 (dez) dias antes da viagem. Essas áreas podem ser consultadas no seguinte link:

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=31626&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31626&janela=1)

Observação:

a) Para cada deslocamento de militar ao exterior poderá haver uma complementação vacinal específica, de acordo com avaliação criteriosa da situação epidemiológica da área da missão.

b) Caso o militar não apresente comprovação de vacinação anterior, deverá ser vacinado de acordo com o calendário ora proposto. Caso o militar apresente documentação com calendário incompleto, deve-se completar o esquema de acordo com o calendário.

#### ANEXO II

#### CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO MILITAR

(A partir de 20 anos de idade)

IDADE	VACINAS	DOSES	DOENÇAS EVITADAS
A partir dos vinte anos	dT	1ª dose	Difteria e Tétano
	Dupla Adulto <sup>(1)</sup>		
	FA*	Dose inicial	Febre Amarela
	SCR	Dose única	Sarampo, Caxumba e Rubéola
Um mês após a 1ª dose da vacina Dupla Adulto	Tríplice Viral <sup>(2)</sup>		
	Hep B <sup>(3)</sup>	1ª dose	Hepatite B
	Hep B	2ª dose	Hepatite B
	dT	2ª dose	Difteria e Tétano
Dois meses após a 1ª dose da vacina Dupla Adulto	dT	3ª dose	Difteria e Tétano
Quatro meses após a 1ª dose da vacina Dupla Adulto	dT	3ª dose	Difteria e Tétano
Seis meses após a 1ª dose da vacina contra Hepatite B	Hep B	3ª dose	Hepatite B
A cada dez anos	dT	Reforço	Difteria e Tétano
	FA*	Reforço	Febre Amarela

<sup>(1)</sup> A partir dos vinte anos, caso o militar não apresente comprovação de vacinação anterior, deve ser obedecido este calendário. No caso de militar que já tenha recebido anteriormente três doses ou mais de DTP/Hib, DTP/HB/Hib, DTPa, DPT, DT ou dT, deve ser administrada uma dose de reforço a cada dez anos. Em caso de gestação ou ferimentos graves, deve ser antecipada a dose de reforço para cinco anos, após a última dose. Esta vacina pode ser administrada a partir da comprovação da gravidez em qualquer período gestacional. Caso o militar apresente o esquema de vacinação incompleto, deve completá-lo de acordo com este calendário. O intervalo entre as doses é de, no mínimo, trinta dias.

<sup>(2)</sup> A vacina Tríplice Viral - SCR (Sarampo, Caxumba e Rubéola) deve ser administrada em militares até quarenta e nove anos que não tiverem comprovação de vacinação anterior. Considerar vacinado o militar que comprovar pelo menos uma dose da vacina Dupla Viral ou Tríplice Viral.

<sup>(3)</sup> A vacina contra Hepatite B deve ser administrada a todos os militares que não tiverem comprovação de vacinação anterior. Considerar o histórico de vacinação anterior do militar. Em caso de esquema vacinal incompleto, não reiniciar o esquema; apenas completá-lo conforme situação encontrada.

\* Indicada para residentes ou viajantes que se deslocam para áreas com recomendação da vacina ou países em situação epidemiológica de risco. Caso a data da dose da vacina coincida com o deslocamento para essas áreas ou países, o militar deverá ser vacinado até 10 (dez) dias antes da viagem. Essas áreas podem ser consultadas no seguinte link:

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=31626&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31626&janela=1)

Observação:

a) Para cada deslocamento de militar ao exterior haverá uma complementação vacinal específica, de acordo com avaliação criteriosa da situação epidemiológica da área da missão.

b) Caso o militar não apresente comprovação de vacinação anterior, deverá ser vacinado de acordo com o calendário ora proposto. Caso o militar apresente documentação com calendário incompleto, deve-se completar o esquema de acordo com o calendário.